

**ATA**

Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1 - Vereador José Torcato Ribeiro – a)** - Saudou a notícia publicada no Jornal de Notícias no dia de ontem referindo que, num universo de 308 municípios, Guimarães encontra-se em 55.º lugar considerando a autonomia financeira, felicitando o Presidente da Câmara que, no seu entender, desempenhou um papel preponderante nesta matéria enquanto Vereador responsável pela área financeira no último mandato; **b)** – Alertou para a necessidade de se proceder ao arranjo do espaço envolvente ao Oratório do Senhor dos Serôdios, situado na freguesia de Mesão Frio, um local recôndito de culto e venerado especialmente por parturientes, sugerindo igualmente a colocação de uma placa de identificação condigna; **c)** - Recomendou a vedação do acesso a um Loteamento junto ao Colégio do Verbo Divino, local propício a

atividades menos próprias, sugerindo, ainda, a diminuição do fluxo luminoso que considera excessivo para o local. -----

**2 - Presidente da Câmara** – Sobre a intervenção feita, esclareceu: **a)** - Agradeceu as palavras sobre a situação financeira do Município, esclarecendo que as contas referem-se a 31 de dezembro de 2013 e ainda não contemplam os pagamentos da Cidade Desportiva, da integração do Avepark - Parque de Ciência e Tecnologia, SA e de uma pequena dívida à Associação de Municípios do Vale do Ave. Ainda assim, disse que o Município de Guimarães tinha uma boa saúde financeira, acrescentando considerar fundamental que apenas fossem feitas despesas de acordo com a disponibilidade das receitas, o que está a ser feito; **b)** - Sobre o Oratório do Senhor dos Serôdios e do Loteamento junto ao Colégio do Verbo Divino disse que iria averiguar. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** - Da carta da Secretaria de Estado do Vaticano exprimindo a gratidão do Santo Padre pelos sinais de regozijo pela sua vida e Pontificado e que lhe haviam sido enviados por ocasião da «Ronda da Lapinha» deste ano de 2014; **2** – Da realização da próxima reunião de Câmara no dia 4 ou 11 de setembro próximo, em virtude do período de férias, pelo que oportunamente serão todos os membros convocados. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**I.** Da seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: "Em reunião de Câmara realizada em 29 de maio de 2014 foi aprovado o Regulamento da Hasta Pública identificada em epígrafe, estando aí fixado que o ato público do procedimento se realizaria no dia 16 de julho de 2014, às 14H30,



no auditório da Biblioteca Municipal Raul Brandão. Em 25 de junho de 2014 foi emitida a Requisição Externa Contabilística nº 3488, e enviada à empresa GUIMAPRESS, S.A., para efeitos de publicação do respetivo Edital, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 78º do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto. Porém, verificámos que o Edital não foi publicado porquanto o fornecedor, depois de por nós questionado, veio informar que descobriu o respetivo e-mail em "spam" e que todas as mensagens de correio eletrónico lhe têm chegado direitas e corretamente, não sabendo explicar o que se terá passado com esta. Dado que o procedimento não foi devidamente publicitado, deve marcar-se nova hasta pública e dar conhecimento do assunto à Câmara. Propomos a realização do novo ato público no dia 13 de agosto, às 14H30, na Biblioteca Municipal Raul Brandão, de modo a cumprir a antecedência com que o ato deve ser divulgado." -----

**II.** Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de junho, dando cumprimento à deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**III.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 21 de julho de 2014, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Reabilitação da Ponte de Campelos e execução de Passagem Pedonal - Ponte, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €250.008,53 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.12 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista

no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €250.008,53 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 90 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução.” -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2014.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.



**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**  
**FREGUESIAS - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO**  
**DE COMPETÊNCIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S.**  
**SALVADOR – ANO DE 2009 – TERCEIRO ADITAMENTO –**

Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 23 de abril de 2009, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Souto S. Salvador, a execução da obra de alargamento da Estrada Municipal e Construção de Muros na E.N.309, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €13.471,82. Em 5 de maio de 2011, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou autorizar a prorrogação do prazo de execução deste protocolo até 31 de Dezembro de 2011, sendo que por deliberação datada de 10 de Janeiro de 2013, a Câmara Municipal de Guimarães autorizou uma nova alteração do prazo de execução da obra em causa, tendo em conta as dificuldades ocorridas na negociação da cedência dos terrenos necessários para o alargamento da estrada. Na sequência da publicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Souto S. Salvador encontra-se agora agregada com as Freguesias de Souto Santa Maria e Gondomar, e passaram a designar-se União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Entretanto, não tendo sido possível iniciar aquela obra até ao final do ano de 2013, o presidente da Junta da União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar solicitou autorização para executá-la durante o ano de 2014. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do terceiro

aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 10 de Janeiro de 2013, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2014." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de €13.471,82 para o ano de 2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

**FREGUESIAS – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – ANO DE 2011 – TERCEIRO ADITAMENTO –**

Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 7 de abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Souto S. Salvador, a execução da obra de pavimentação de ruas, alargamento da rua Manuel Alves Matos (E.N.309) e ligação da Estrada Municipal 583 à Igreja, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €13.556,92. Em 5 de janeiro de 2012, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou autorizar a prorrogação do prazo de execução deste protocolo até 31 de Dezembro de 2012, sendo que por deliberação datada de 10 de Janeiro de 2013, a Câmara Municipal de Guimarães autorizou uma nova alteração do prazo de execução da obra em causa, tendo em conta as dificuldades ocorridas na negociação da cedência dos terrenos necessários para o alargamento da estrada. Na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Souto S. Salvador encontra-se agora agregada com as Freguesias de Souto Santa Maria e Gondomar, e passaram a designar-se União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, entidade que agora dará



cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Entretanto, não tendo sido ainda possível executar aquela obra durante o ano de 2013, o presidente da Junta da União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar solicitou autorização para executá-la durante o ano de 2014. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 12 de abril de 2011, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2014.". Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de €13.556,92 para o ano de 2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

**FREGUESIAS - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – ANO DE 2012 – SEGUNDO ADITAMENTO –**

Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Souto S. Salvador, a execução da obra de alargamento da rua Manuel Alves Matos (E.N.309), bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €13.556,92. Por deliberação datada de 10 de janeiro de 2013, a Câmara Municipal de Guimarães autorizou a alteração do prazo daquele Protocolo e a execução da obra em 2013, pelo facto de não ter sido possível iniciá-la durante o ano de 2012. Na sequência da publicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Souto S. Salvador encontra-se agora agregada com as Freguesias de Souto Santa Maria e Gondomar, e

passaram a designar-se União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Entretanto, não tendo sido ainda possível iniciar aquela obra até ao final do ano de 2013, o presidente da Junta da União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar solicitou autorização para executá-la durante o ano de 2014. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2014." Mais se propõe a aprovação da transição da respetiva verba de €13.556,92 para o ano de 2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - FREGUESIAS - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – ANO DE 2013 – PRIMEIRO ADITAMENTO –** Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Souto S. Salvador, a execução da obra de alargamento da rua Manuel Alves Matos (E.N.309), bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €13.556,92. Na sequência da publicação da lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Souto S. Salvador encontra-se agora agregada com as Freguesias de Souto Santa Maria e Gondomar, e passaram a designar-se União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, entidade que agora dará





cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Entretanto, não tendo sido ainda possível iniciar aquela obra até ao final do ano de 2013, o presidente da Junta da União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar solicitou autorização para executá-la durante o ano de 2014. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 13 de junho de 2013, passando a 3ª cláusula a ter a seguinte redação: "Para realização do objeto do presente protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até ao final de 2014." Mais se propõe a provação da transição da respetiva verba de €13.556,92 para o ano de 2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. --**

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE PONTE - OFERTA DE BANDEIRAS** – Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Ponte solicitou a cedência a título definitivo de duas bandeiras do Município de Guimarães. Informa-se que existe nos Serviços duas bandeiras do Município disponíveis para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00 por unidade, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de duas bandeiras do Município à referida entidade, para seu uso exclusivo." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PROTOCOLOS - PLATAFORMA DE COOPERAÇÃO NOROESTE GLOBAL** – Presente a seguinte proposta: "Considerando: - que a retoma do crescimento de Portugal no período 2014-2020 terá de assentar no investimento privado, em especial no sector exportador e na atração de investimento estrangeiro; - que a retoma do crescimento nacional passa, igualmente, pela valorização dos recursos endógenos com procura internacional e pela criação de condições favoráveis à inovação; - que a

macrorregião do Noroeste constitui um dos motores regionais de desenvolvimento do país, registando a maior concentração de indústria exportadora de Portugal, o maior investimento no ensino superior dos últimos 40 anos, com quatro universidades e três institutos politécnicos, possuindo ainda instituições sectoriais do sistema científico e tecnológico e de apoio à transferência de tecnologia, à inovação e ao empreendedorismo; - que a afirmação do Noroeste como motor chave para a retoma do crescimento de Portugal enfrenta grandes desafios, como a necessidade de encontrar novas dinâmicas de crescimento centradas nos clusters consolidados e em protoclusters, a promoção da internacionalização do sistema produtivo e das suas parcerias, a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, a valorização do seu capital histórico e imaterial, bem como o acesso aos Programas de Financiamento da União Europeia. A Universidade de Aveiro, a Universidade do Minho, a Universidade do Porto, o Centro Regional do Porto da Universidade Católica, a Câmara Municipal de Aveiro, a Câmara Municipal de Braga, a Câmara Municipal de Guimarães, a Câmara Municipal do Porto, a COTEC Portugal - Associação empresarial para a Inovação, e a Fundação Calouste Gulbenkian, acordaram constituir entre si uma estrutura de cooperação designada "Plataforma de Cooperação Noroeste Global", com a finalidade/missão de afirmar o valor estratégico da macrorregião do Noroeste para a economia nacional, aumentando a sua capacidade de inovação e de internacionalização, através da criação de um ecossistema que promova sinergias entre as comunidades de conhecimento alinhadas com as prioridades e os modelos da especialização inteligente. São objetivos da Plataforma, designadamente: 1. Estimular formas de cooperação coerentes com a finalidade da Plataforma; 2. Elaborar um



Programa de Ação com a finalidade, entre outras, de consolidar protoclusters emergentes, criar valor a partir da interação entre clusters consolidados, desenvolver soluções inovadoras replicáveis, integrar e liderar redes de conhecimento internacionais; 3. Identificar ou patrocinar a criação de formas para financiamento público e privado dos projetos que se alinhem com as linhas estratégicas da Plataforma. Através deste Protocolo as partes não assumem qualquer obrigação financeira entre elas, podendo contribuir com recursos humanos, materiais ou financeiros na medida das suas disponibilidades e do que considerem adequado para a concretização do Programa de Ação. Assim, atendendo ao interesse inequívoco desta cooperação para o desenvolvimento da economia do concelho de Guimarães, proponho, ao abrigo da alínea r) do nº1 do art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do Protocolo cuja minuta se junta em anexo, que viabiliza tal objetivo, fixando as condições da parceria que, para o efeito, será estabelecida entre o Município de Guimarães e as restantes entidades supra identificadas.” A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. O Presidente da Câmara informou que a Plataforma de Cooperação Noroeste Global foi criada ontem numa sessão que decorreu na Cidade do Porto pelo que se submete o referido Protocolo para ratificação do órgão executivo. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. ----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE JUNHO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014** – Presente, para ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de junho que não se

enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, de acordo com mapa que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – SEGURO AUTOMÓVEL DE FROTA – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO –**

Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público: “Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião do passado dia 10 de julho, foi aprovada uma proposta de parecer prévio favorável à contratação de serviços de seguro automóvel de frota. Nessa proposta foi indicado que “d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, com consulta a mais do que três entidades, no regime geral previsto na alínea a) do n.º1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos.” No entanto, considerando o valor estimado para os três anos de contrato, €115.500,00, o procedimento a seguir na contratação destes serviços deve ser de concurso público, nos termos previstos na alínea b), do n.º1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, e não o ajuste direto. Deste modo, submete-se à consideração superior a retificação daquele lapso.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

**SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**  
**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PARQUES INFANTIS –**

Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Espaços Verdes: “**1. Objeto:** O objeto do contrato de prestação de serviços é a manutenção e conservação de Parques Infantis



propriedade do Município de Guimarães, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, diploma que aprova o Regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implementação, conceção e organização funcional dos espaços verdes de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacte. **2. Considerando:** - Que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 379/97, designadamente os art.º 26.º e seguintes, é obrigação da Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pelas áreas de jogo e recreio, do seu património e no espaço público, assegurar uma manutenção regular e periódica de toda a área ocupada pelo espaço, bem como de todo o equipamento e superfícies de impacte, de modo que sejam permanentemente observadas as condições de segurança e de higiene e sanidade previstas naquele diploma, devendo, ainda, diligenciar a reparação imediata dos equipamentos em que se verifiquem deteriorações suscetíveis de pôr em risco a segurança dos utentes, ou se esta não for viável a imobilização ou retirada do elemento danificado. - Não foi solicitada informação à Divisão de Recursos Humanos nem consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), uma vez que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos, formação especializada e experiência nesta área, bem como equipamentos especiais para a manutenção e conservação de parques infantis, de que a Câmara Municipal não dispõe não se enquadrando, por isso, em qualquer situação passível de recurso ao quadro de pessoal, a recrutamento ou a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; - Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração

superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos nºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços de manutenção e conservação dos Parques Infantis propriedade do Município, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 379/97 de 27 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio. b) A despesa estima-se em €32.719,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo €17.379,00 referentes à componente de serviços de manutenção e conservação dos parques infantis e material necessário para reparações pontuais e €15.340,00 para aquisição de equipamento. c) A despesa tem cabimento orçamental nas rubricas 05/02.02.03, quanto aos serviços e nas rubricas 07/01.04.13 e 07/01.10.02 os equipamentos, todas correspondentes ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, com consulta a mais do que uma entidade, conforme al. a) do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE LINHAS DE ÁGUA EM AGLOMERADOS URBANOS**

- Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Espaços Verdes: “1. Objeto: O objeto do contrato de prestação de serviços é a desobstrução e limpeza de linhas de água em aglomerado urbano, conforme previsto no art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Setembro e o Regulamento 1774/2002 CE. 2. Considerando: - Que, de acordo



com o art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003, é obrigação da Câmara Municipal proceder à desobstrução e limpeza em aglomerado urbano, nos termos previstos no Regulamento 1774/2002 CE. - Que a execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requererem conhecimentos, formação especializados e experiência nesta área, bem como equipamentos especiais para a desobstrução de linhas de água, de que a Câmara Municipal não dispõe. - Não pode, assim, na autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente que contratar o serviço a uma empresa. - Trata-se, pois, da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 10 do art.º 75.º da Lei da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013) a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços de desobstrução e limpeza de linhas de água em aglomerado urbano, conforme previsto no art.º12 do Decreto-Lei n.º 314/2003 de 17 de Setembro e Regulamento 1774/2002 CE. b) A despesa estima-se em €50.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental no 05.02.02.02. correspondente ao ano de 2014; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, com consulta a mais do que uma entidade, conforme alínea a) do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – DESIGN GLOBAL DO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE GUIMARÃES –**

Presente a seguinte informação do Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude: “**1. Objeto:** Design global do Centro de Ciência Viva de Guimarães, compreendendo: a. Conceção dos núcleos expositivos, design dos suportes e arranjo gráfico dos conteúdos; b. Projeto de execução; c. Conceção de materiais de suporte (Catálogo/brochura, convite, coleção de postais, cartaz e telões; d. Coordenação e acompanhamento de todas as fases de produção. **2. Considerandos:** •A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos, formação especializada e experiência em design gráfico e conceção de exposições;•De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; •Nos termos e para os efeitos previstos no art.º 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), tendo sido confirmada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação aptos a suprir as necessidades identificadas; •Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de





aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é Design global do Centro de Ciência Viva de Guimarães, compreendendo: a. Conceção dos núcleos expositivos, design dos suportes e arranjo gráfico dos conteúdos; b. Projeto de execução; c. Conceção de materiais de suporte (Catálogo/brochura, convite, coleção de postais, cartaz e telões; Coordenação e acompanhamento de todas as fases de produção. b) A despesa estima-se em €73.432,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.3. 0406, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos. Sugere-se o referido ajuste direto com consulta apenas à entidade BLUE HUB DESIGN, LDA (NIF 509 925 456), pertencente ao Designer Henrique Cayatte, pelos seguintes motivos: - o Designer mencionado colabora no projeto de implantação do Centro de Ciência Viva de Guimarães desde o seu início, tendo tido um papel decisivo na definição de conceitos e metodologias que determinaram as restantes disciplinas e especialidades envolvidas no projeto; mantém ainda hoje uma relação de trabalho com o Ciência Viva/Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, o que assegura à partida a total compatibilização das soluções a adotar em Guimarães com as da rede nacional de Centros de Ciência Viva. e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.”

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o

Vereador José Torcato Ribeiro.-----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta que mereceu o número quinze da Ordem de Trabalhos pelas seguintes razões: O empenho do Município de Guimarães na criação e instalação do Centro de Ciência Viva vem sendo inequívoco ao longo do tempo, sendo certo que a instalação deste equipamento numa zona da cidade alvo de um amplo processo de recuperação urbana é adequada a integrar a valorizar o próprio processo de recuperação, devendo, tanto quanto possível, ser integrado nesse processo mais amplo, como se tem feito. Tendo presente que a Câmara Municipal não foi um agente isolado na definição estratégica deste Centro, contando com intervenção anterior da Agência Nacional dos Centros de Ciência Viva e da Universidade do Minho, entretanto associada do Município recém criada Associação para a Divulgação da Ciência em Guimarães, foi necessário estabelecer equilíbrios com as restantes duas entidades, sendo de registar que também as posições da Agência Nacional sofreram evolução com o decurso do tempo, o que não impediu que se tivessem estabelecido condições para o pleno funcionamento deste Centro, que tem naturais custos de serviços, como os do seu design global. A despesa agora votada reflete uma solução, não um problema, e como tal deve ser encarada." -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Este é mais um dos projetos que caracteriza a postura ziguezagueante do Partido Socialista. Anunciado com pompa e circunstância para ser inaugurado em 24 de Junho de 2009, 5 anos e várias inaugurações depois, propõe-se agora contratar o



designer para elaborar o “design global do Centro de Ciência Viva de Guimarães”. No entanto, o rocambolesco da situação não se fica pela circunstância de se ter adquirido um edifício que só depois de intervencionado e de ali se terem gastos mais de € 650.000,00 se viu que *“não cumpria os requisitos necessários para receber a exposição permanente projetada”*. Porque agora, na reunião de 24.07.2014 propõem-nos contratar um designer para o projeto de “design global do Centro de Ciência Viva de Guimarães”. Mas cremos que todos se recordam que na reunião de 29.05.2014, há escassos dois meses portanto, foi constituída a Associação para a Divulgação da Ciência em Guimarães, entre a Câmara Municipal e a Universidade do Minho, que sob o nome de projeto “Experimentalium” pretendia dar um rumo ao projeto Centro de Ciência Viva, para já, sem ligação à Agência Nacional dos Centros de Ciência Viva. Isto, apesar de os vereadores PSD-CDS terem votado favoravelmente precisamente atenta a circunstância de ter sido assegurado pelo Sr. Presidente de Câmara que não colocaria de parte a hipótese de integrar este projeto na rede nacional dos Centros de Ciência Viva, apenas se pretendia com esta intervenção fazer caminho sem estar dependente da Agência Nacional. Agora, escassos dois meses depois de se avançar com o projeto Experimentalium e constituir formalmente a associação que lhe dá suporte, vai-se contratar serviços de design, por €90.321,36, mas agora já é para o Centro de Ciência Viva...Como diz o povo e bem *“Pau que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”*. Em todo o caso, os vereadores PSD-CDS votam favoravelmente atendendo a que esta contratação de serviços significa, afinal, que se retoma o caminho que sempre defendemos deveria ser seguido, e que em bom rigor foi o caminho inicialmente pensado, desde 2007, para a antiga Fábrica

Âncora: a instalação nesse espaço de um Centro de Ciência Viva, de acordo com o protocolo nacional destas unidades.” -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – FEIRA AFONSINA 2014 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONCEÇÃO DO PROJETO DE AMBIENTAÇÃO CENOGRÁFICA E APOIO AO ENVOLVIMENTO COMERCIAL E COMUNITÁRIO –**

Presente a seguinte informação do Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude: “**1. Objeto:** Aquisição de serviços para a conceção do projeto de ambientação cenográfica e apoio ao envolvimento comercial e comunitário para a Feira Afonsina 2014.

**2. Considerandos:** A contratação dos serviços mencionados revela-se imprescindível para a implementação e execução dos objetivos operacionais no período de pré-produção e produção executiva do evento; Não foi solicitada informação à Divisão de Recursos Humanos nem consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), uma vez que a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos, formação especializada e experiência em ambientação cenográfica para eventos de recriação histórica, bem como todo o equipamento indispensável à sua produção não se enquadrando, por isso, em qualquer situação passível de recurso ao quadro de pessoal, a recrutamento ou a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a



celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços para a conceção do projeto de ambientação cenográfica e apoio ao envolvimento comercial e comunitário para a Feira Afonsina 2014. b) A despesa estima-se em €19.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 3.4.2.07, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, contratando-se a entidade CONTEÚDOS MÁGICOS – GESTÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, LDA., nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 24º do Código dos Contratos Públicos, atendendo à especificidade temática, período histórico a abordar e aos padrões qualitativos da experiência adquirida em edições anteriores. e) Não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) A entidade a contratar tem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.”

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS (JUNHO A AGOSTO DE 2014) -**

Presente a seguinte informação do Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude: “**Objeto:** Aquisição de serviços, pelo período de três meses, de desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, socioculturais e de formação, de interesse público, no Município de Guimarães, nas áreas das artes plásticas

e performativas, teatro, música, dança, digital, festividades tradicionais, indústrias culturais e criativas, utilizando e gerindo os imóveis e equipamentos municipais destinados à atividade cultural. **Considerando:** - Que a Câmara Municipal de Guimarães, na sua reunião de 23 de janeiro de 2014, deliberou adjudicar à Cooperativa A Oficina o concurso público nº 10/2013, cujo objeto era a aquisição de serviços, pelo período de um ano, de desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, socioculturais e de formação, de interesse público, no Município de Guimarães, nas áreas das artes plásticas e performativas, teatro, música, dança, digital, festividades tradicionais, indústrias culturais e criativas, utilizando e gerindo os imóveis e equipamentos municipais destinados à atividade cultural pelo preço de €2.439.000,00€ + IVA; - Que, em razão do seu valor, o contrato resultante de tal adjudicação não poderá produzir quaisquer efeitos antes de visado pelo Tribunal de Contas; - Que o prazo para a prestação de serviços objeto daquele concurso é de 12 meses e que tal prazo se iniciará apenas a partir da data de obtenção do visto do Tribunal de Contas ao correspondente contrato de adjudicação, nos termos do disposto no art.º 45º, nº 4, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro; - Que, visando a adoção de medidas temporárias que assegurem, para o período anterior aos efeitos decorrentes do concurso, a continuidade de funcionamento dos equipamentos municipais em causa e legitimem os diversos atos de gestão inerentes, a Câmara Municipal deliberou aprovar em 6 de fevereiro de 2014 um protocolo de colaboração com A Oficina, entidade adjudicatária do referido concurso; - Que tal protocolo não remunerava aquela Cooperativa pelos serviços prestados no período que decorre entre a assinatura do contrato e a obtenção



de visto por parte do Tribunal de Contas, o que inviabilizava a concretização das atividades previstas, para o período anterior à obtenção do visto. - Que, pelo relevante interesse público de que se reveste a programação prevista no concurso público nº 10/2013 para o período anterior à obtenção do visto, se tornou essencial financiar a sua concretização e desenvolvimento. - Que, para esse efeito, por deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião do passado dia 20 de fevereiro de 2014, foi emitido parecer prévio favorável que autorizava a abertura de um procedimento por ajuste direto àquela cooperativa para que esta pudesse assegurar a programação cultural prevista para o período de março a maio de 2014. - Que o contrato celebrado no âmbito deste procedimento encontra-se, igualmente, no Tribunal de Contas para análise e concessão de visto prévio, que estimamos não ocorra antes de agosto próximo, podendo mesmo estender-se a setembro de 2014. - Que, entretanto, o prazo previsto naquele contrato já se encontra largamente ultrapassado e, sendo necessário manter a continuidade da programação cultural prevista para este período (junho a agosto de 2014), a Cooperativa manteve-se, a pedido da autarquia, a assegurar essa programação, sendo que, mais uma vez, tais atividades comportam custos avultados que a Cooperativa não tem condições, nem obrigação, de assegurar. - Que, no entanto, é necessário formalizar esta contratação, tal como já ocorreu através da deliberação da Câmara Municipal suprarreferida, mediante a abertura de novo procedimento por ajuste direto àquela entidade. - Que, conforme a informação da Divisão de Recursos Humanos produzida aquando da abertura do referido concurso público, não há serviços ou pessoal para darem resposta à necessidade para este efeito, com recurso ao atual quadro de

pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; - Que se trata de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a aquisição de serviços, pelo período de três meses, de desenvolvimento de atividades artísticas, culturais, socioculturais e de formação, de interesse público, no Município de Guimarães, nas áreas das artes plásticas e performativas, teatro, música, dança, digital, festividades tradicionais, indústrias culturais e criativas, utilizando e gerindo os imóveis e equipamentos municipais destinados à atividade cultural; b) A despesa total estima-se em €609.750,00 + IVA e tem cabimento na rubrica 2.5.1.20; c) O procedimento deve ser através de ajuste direto, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 24.º do CCP, à Cooperativa A Oficina, a quem já se encontra adjudicada esta prestação de serviços no âmbito do concurso público n.º 10/2013 e do ajuste direto nº 6/2014, que aguardam a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas, sem o qual não poderão tais contratos produzir quaisquer efeitos, de acordo com o supra exposto. d) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores de órgãos ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. e) Caso o Tribunal de Contas decida conceder o visto ao contrato celebrado com a Cooperativa Oficina no âmbito do processo relativo ao concurso público n.º 10/2013 acima identificado, o contrato a celebrar em





resultado da presente proposta cessará de imediato os seus efeitos.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Helena Soeiro. **O Vereador José Bastos não participou na votação e na discussão do assunto por se considerar impedido uma vez que pertence aos Órgãos Sociais da entidade.** -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta que mereceu o número dezassete da Ordem de Trabalhos pelas razões constantes da sua fundamentação – que apresentam a sua sustentação de forma muito clara- da qual resulta a necessidade de evitar um período de vazio posterior à data de cessação dos efeitos da adjudicação à Cooperativa A Oficina (através do Concurso Público 10/2013) das atividades artísticas, culturais, sócio culturais e de formação, de interesse público no Município de Guimarães, nas áreas das artes plásticas e performativas, teatro, música, dança, digital, festividades tradicionais, indústrias culturais e criativas, utilizando e gerindo os imóveis e equipamentos municipais destinados à atividade cultural. Guimarães é um concelho onde estas atividades ganharam notoriamente uma importância capital e este é o modo de melhor assegurar a prossecução do interesse público no atual quadro legal e contratual.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Em 14 de Novembro de 2013 a Câmara Municipal deliberou abrir um procedimento concursal com vista a adjudicar a aquisição de serviços, pelo período de um ano, de desenvolvimento de

atividades artísticas, culturais, socioculturais e de formação, de interesse público, no Município de Guimarães, nas áreas das artes plásticas e performativas, teatro, música, dança, digital, festividades tradicionais, indústrias culturais e criativas, utilizando e gerindo os imóveis e equipamentos municipais destinados à atividade cultural. Este procedimento concursal vinha na sequência de uma recusa de visto do Tribunal de Contas às transferências diretas do Município para as régie-cooperativas, adotando-se este procedimento atento o que aí se expunha, onde se referia que estas transferências violavam, entre outros, as regras da concorrência. Denunciamos então a autêntica privatização dos serviços até aqui entendidos como municipais, que significaria a entrega, por concurso público ao qual podem acorrer quaisquer candidatos, dos serviços culturais, sociais e de desporto e lazer do Município de Guimarães. E mantivemos a defesa da postura que de há décadas defendem os vereadores do PSD: de que o Município de Guimarães deve jogar de acordo com as regras vigentes, e não procurar criar figuras jurídicas que visam passar incólumes à fiscalização política dos órgãos institucionais e mesmo à fiscalização judicial do Tribunal de Contas. A constituição de empresas municipais seria o caminho a seguir pela Câmara de Guimarães, pois é esse o caminho determinado pela lei para a constituição de unidades do setor empresarial local, e não outras que representem um *tercium genus* com cuja constituição se visa apenas driblar, com astúcia reconhece-se, as regras que se aplicam a todo o País. A Câmara de Guimarães optou por insistir e seguir pela via do procedimento concursal. Entretanto, tendo em vista que o contrato que viria a resultar de tal procedimento careceria de visto do Tribunal de Contas para que pudesse produzir efeitos, tornou-se necessário adotar medidas temporárias



que assegurassem a continuidade de funcionamento dos referidos equipamentos municipais e legitimem os diversos atos de gestão corrente inerentes, até à eventual obtenção do referido visto. Dissemos então o seguinte: *“Os vereadores PSD-CDS votaram favoravelmente este ponto, por considerarem fazer sentido a entrega de competências temporárias de atos de gestão corrente a que é necessário dar sequência, à entidade já definida como adjudicatária (e apenas porque, no decurso da reunião, se alterou este ponto que era primitivamente o ponto 5, para ponto 16, isto é, para ser apreciado apenas após a deliberação da adjudicação à Cooperativa A OFICINA). Fazemo-lo atendendo a que A OFICINA é a única concorrente ao concurso público, e precisamente por ser já adjudicatária, doutra forma, estaríamos perante uma medida de favorecimento a um concorrente com a qual não compactuaríamos.”* Sucede contudo que, posteriormente, veio a detetar-se que os senhores vereadores Amadeu Portilha, José Bastos e Paula Oliveira participaram na discussão e votação dos pontos relativos às propostas de abertura de concurso público para aquisição de serviços para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais e desportivas, tendo inclusive apresentado declaração de voto. Nomeadamente o vereador José Bastos participou na discussão e votação do ponto relativo à proposta de abertura do concurso público nº 10/2013. Ora, é pressuposto de candidatura (declaração de aceitação) a declaração sob compromisso de honra de não ter estado direta ou indiretamente na elaboração das peças do concurso. A participação na votação desse ponto deveria ter conduzido, como em devido tempo alertamos, a um reiniciar de todo o processo e não à sua manutenção, na medida em que se mantém erigido sob um pressuposto do qual pode resultar a sua futura inviabilização. Que

é aquilo para o que sempre alertamos e que é sobretudo o que sempre pretendemos acautelar. Por esta razão formal, por estarmos perante uma proposta de contratação de serviços temporários sob o argumento de se tratar da adjudicatária do concurso público, concurso público esse que, em nosso entender, pode conhecer recusa de visto por ter como subscritor das peças de concurso uma pessoa que participou na definição das condições do concurso ao participar na sua votação; Pela razão substancial e política de entendermos que o caminho que deve ser seguido, e que sempre devia ter sido seguido, era o da constituição de empresas municipais, figura prevista para empresas dominadas pelo Município sem sujeição ao regime do contrato de trabalho da função pública; E ainda pela análise que fazemos do acórdão do Tribunal de Contas nº 4/2014, do qual se infere claramente que a figura das régie-cooperativas em que insiste a Câmara de Guimarães é uma figura jurídica marginal ao setor empresarial local, e que não merece acolhimento legal nem jurisprudencial para os efeitos pretendidos pela Câmara de Guimarães, votamos contra esta proposta.” -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PROJETO DE SISTEMA DE AVAC DA SEDE DO DENOMINADO *WELCOME CENTER*, NO EDIFÍCIO DA PLATAFORMA DAS ARTES E PROJETO DE ADAPTAÇÃO DO SISTEMA AVAC DO EDIFÍCIO DESTINADO AO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA** – Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Estudos e Projetos: “**1. Objeto:** Contratação de serviços referentes à realização de dois projetos: um projeto atinente ao estudo de climatização e ventilação do gabinete destinado ao *Welcome Center* a instalar no edifício da Plataforma



das Artes e um projeto de adaptação do sistema AVAC do edifício destinado ao Centro de Ciência Viva. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em engenharia mecânica e climatização; De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil ou à bolsa de mobilidade (informação do INA); Trata-se de realização de trabalho não subordinado. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração de dois contratos de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) Os objetos dos contratos que aqui se pretendem realizar dizem respeito: - ao projeto de climatização e verificação térmica (RCESE E RCCTE) de um espaço destinado ao *Welcome Center*, tendo de obedecer aos quesitos exigidos pelo programa previsto (projeto de arquitetura); - ao projeto de adaptação do sistema de climatização e de ventilação existente no edifício destinado ao Centro de Ciência Viva; b) Os elementos a realizar implicam, por um lado, a produção de todos os elementos necessários à realização plena da obra, devidamente concertados com as demais especialidades, em conformidade com a portaria 701-H/2008; c) A despesa estima-se em: - projeto de climatização e ventilação do *Welcome Center* estima-se em €1.174,00 (mil cento e setenta e quatro euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, - projeto de adaptação do sistema de climatização e de

ventilação do Centro de Ciência Viva estima-se em €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Ambas as despesas encontram cabimento no plano plurianual de investimento do ano 2014, na rubrica 2.4.2.06, e reportam-se, na totalidade, ao ano de 2014; d) O procedimento de formação de ambos os contratos deverá ser mediante ajuste direto, em regime simplificado, com convite à empresa "CM& Araújo Engenharia e Projetos, Lda.", nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 20.º e dos art.º s 128.º e 129º do Código dos Contratos Públicos, por se tratar de uma empresa que tinha já elaborado o projeto de AVAC da obra executada no Centro de Ciência Viva; pela necessidade urgente de elaborar o presente projeto, face à demonstração da maturidade do mesmo em relação à candidatura apresentada; e ainda por se tratar de um empresa que tem colaborado com os serviços municipais, tecnicamente capaz e ágil na resposta, e ainda no caso do Centro de Ciência Viva, por se tratar do autor do projeto de AVAC inicial; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum"

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA GESTÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DA PENHA PARA OS ANOS DE 2014 A 2017** – Presente a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Cultura e Turismo: "**1. Objeto:** Gestão corrente, vigilância e limpeza do Parque de Campismo da Penha, **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos



serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em gestão de parques de campismo; De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil e, considerando o tipo de serviço que se pretende adquirir não é necessário consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA); Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos nºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é gestão corrente, vigilância e limpeza do Parque de Campismo da Penha. O serviço terá a duração de 3 anos, a contar da data da celebração do contrato (início em 1 outubro de 2014 e termo em 30 setembro de 2017); b) A despesa anual estima-se em €95.000 (noventa e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento na unidade orgânica 09 e unidade económica 020225, correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante concurso público, nos termos da alínea b) nº 1 do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro. **4. Repartição de encargos:** Submete-se, ainda, a aprovação a autorização para a assunção de compromisso plurianual com o procedimento, num valor estimado

de 285.000,00 € de acordo com a seguinte tabela de repartição de encargos, repartição que deverá ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal: -----

2014	2015	2016	2017
23.750,00€	95.000,00€	95.000,00€	71.250,00€

**DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima e Maria Helena Soeiro. **Os Vereadores José Bastos e António Monteiro de Castro não participaram na votação e na discussão do assunto por se considerarem impedidos.** -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Votamos a favor da proposta que mereceu o número dezanove da Ordem de Trabalhos por ser adequada à prossecução do interesse público, tendo em atenção a especificidade do serviço a prestar, a especialidade do tipo de parque de campismo que representa o Parque de Campismo da Penha e tendo presente que a prática adotada nos anos transatos não constitui uma experiência que seja de rejeitar, pelo contrário. Um contrato com a duração de três anos revela-se adequada solução tendo em atenção que um contrato tem duas partes e a previsibilidade por período desta duração constitui segurança para ambas as partes que deve ser tomada em linha de conta." -----

Os Vereadores André Coelho Lima e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "É-nos proposta a abertura de um concurso público para gestão corrente, vigilância e limpeza do Parque de Campismo da Penha, pela módica quantia de € 350.550,00 (preço correspondente ao custo para o Município) para o triénio 2015-2017. Já por diversas vezes temos falado





acerca dos muito reduzidos horários de abertura – apenas entre os meses de Maio a Outubro – deste parque de campismo que lhe retira competitividade para poder compensar estes custos que não são despreciables. Já por diversas vezes temos clamado pela exceção deste parque de campismo, dos poucos existentes na Europa em contexto de montanha. Já por diversas vezes temos referido que a prometida requalificação do Parque de Campismo da Penha continua a aguardar pelo cumprimento da promessa com que se comprometeram os diversos executivos socialistas, vai já para quase duas décadas. Agora, não obstante se mantenham atuais e de importância evidente os pontos acima referidos, pretendemos abordar esta proposta de abertura de concurso público de uma outra perspetiva. Da perspetiva do ente público que se prepara para gastar mais €350.000, para que alguém (que certamente ninguém conseguirá adivinhar quem será...) faça mera gestão corrente deste espaço. Ora, sendo isto próprio da gestão socialista, tem que merecer o nosso desacordo. Porque já basta de atirar com dinheiro para cima das questões, como única forma de as resolver. Defendemos a entrega a privados mas uma verdadeira entrega a privados, não apenas da gestão corrente mas da concessão e gestão do espaço. É fácil descobrir um privado que esteja disposto a receber €350.000 para fazer limpeza e vigilância do Parque de Campismo da Penha durante 3 anos. Foram parcerias público-privadas deste tipo que deram cabo deste País. Porque o risco da exploração corre sempre por conta do ente público. O que defendemos é que a exploração do parque seja entregue a privados, fixando-se os termos de uma concessão que faça correr por conta dos privados eventualmente interessados o risco da gestão do parque. Falamos por isso de gestão mesmo, não apenas da vigilância e limpeza! Reduzir-se-á o custo por o

Município. Sem implicações no serviço prestado. Para além disto, entendemos que este concurso publico não configura um verdadeiro concurso público porque tem um vencedor anunciado – a TURIPENHA – a quem tem sido sempre adjudicada a gestão deste parque, sendo que este não o único mas um enfoque central da sua atividade. Aliás, apesar de estarmos aqui a votar um concurso público para gerir o referido parque de campismo, é a própria empresa que, no seu website, mantém a divulgação da gestão do referido parque de campismo como uma responsabilidade sua (<http://www.turipenha.pt/>). Por todas estas razões, mas essencialmente por considerarmos que deve ser pensada uma forma diferente de gestão do Parque de Campismo da Penha, mais preocupado com poupar dinheiro ao erário público, não pondo obviamente em causa o serviço prestado ao cidadão, votamos contra esta proposta.” -----

**PATRIMÓNIO - COMODATO - EB1 DE BRITEIROS S. SALVADOR** – Presente a seguinte informação da Coordenadora Técnica da Divisão de Património Municipal: “Em reunião de Câmara realizada em 22 de janeiro de 2004 foi deliberado celebrar com a Comissão Executiva Instaladora do Agrupamento de Escolas de Briteiros e com a Direção Regional de Educação do Norte um Protocolo que visava: Criar e instalar o Centro de Integração de Serviços para a Infância de Briteiros (CISIB); Criar uma equipa coordenadora e definir as suas funções e recursos a afetar; Definir o campo de intervenção de cada instituição; Garantir condições de desenvolvimento de investigação académica, centrada na criação do CISIB. Nos termos da cláusula 4ª do referido Protocolo, a intervenção do Município neste projeto foi entre outras, a disponibilização do edifício escolar desativado, situado na rua da Igreja, da freguesia de Briteiros S. Salvador, bem como os



equipamentos ali existentes. De acordo com informação da Divisão de Educação, o Protocolo não se encontra atualmente em vigor, mantendo-se apenas a colaboração e o apoio do Município nas questões relacionadas com a utilização e conservação das instalações. Dado que o Agrupamento de Escolas de Briteiros utiliza presentemente parte do edifício para o desenvolvimento de soluções comunitárias que incentivam e promovem a participação cívica e a educação para a cidadania dos jovens, bem como para a realização de atividades de ocupação de tempos livres de jovens, propõe a Divisão de Educação a celebração de um contrato de comodato em substituição do Protocolo de Colaboração. Por outro lado, a União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, vem solicitar a cedência de um espaço do mesmo edifício, para instalação da sua sede, podendo o restante prédio ser ocupado pelo Agrupamento de Escolas, dado que tem duas entradas independentes para a via pública. A Divisão de Educação, em informação datada de 27 de junho último, emitiu parecer favorável quanto à pretensão da referida União das Freguesias. Deste modo, coloca-se o assunto à consideração superior, devendo, em caso de concordância, o assunto ser submetido à Câmara ao abrigo da alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovar a cedência à União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia e ao Agrupamento Vertical de Escolas de Briteiros do prédio sito na rua da Igreja, da União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia (extinta Briteiros S. Salvador), descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o nº 429/25082005 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 79, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme

minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Votamos a favor da proposta que mereceu o número vinte da Ordem de Trabalhos pelas razões que nos levaram a votar de modo semelhante em outras votações de decisões semelhantes, e tivemos ocasião de tomar posição clara, designadamente através da intervenção do Presidente de Câmara, quanto a alegadas – mas não concretizadas- diferenças de tratamento de Juntas de Freguesia consoante a coloração política dos seus eleitos. A circunstância de se não indicar nenhuma proposta que haja sido apresentada neste mandato que merecesse a reprovação ou falta de apoio do Município é esclarecedora. A comparação com hipotéticas situações do passado, com decisões concretas de outros executivos, com outras composições no que respeita aos seus membros, exorbita da apreciação desta proposta e esquece que entre esse passado e a presente data os vimaranenses foram chamados a pronunciar-se sobre a ratificação do trabalho feito e as propostas quanto ao trabalho a fazer; e deram esse problema como resolvido. Tal como os representantes do Partido Socialista neste órgão executivo.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores PSD-CDS pretendem manifestar o seu mais profundo repúdio por esta postura, aliás reincidente, de ter dois



pesos e duas medidas consoante se tratem de juntas de freguesias governadas pelo Partido Socialista, ou por outra cor partidária. Discriminação que é aliás gritantes em situações como a presente, aprovando-se agora pretensões de executivos socialistas que foram durante anos a fio rejeitadas a executivos do PSD. Ainda há poucas semanas foi apresentada a pretensão da Junta de Freguesia de Ronfe em poder utilizar o espaço correspondente à antiga biblioteca. O que nenhum mal teria a não ser pela circunstância de esta exata pretensão ter sido manifestada diversas vezes e durante anos, pela mesma Junta de Freguesia de Ronfe, sempre ignorada e rejeitada. A única diferença é que, até aqui, a Junta de Freguesia de Ronfe era governada pelo PSD. Agora, a Junta de Freguesia de Ronfe é governada pelo PS pelo que, como que num passo de mágica, lá se torna possível tudo o que até aqui foi impossível. No ponto que nos é dado a apreciar a situação é rigorosamente a mesma. A Junta de Freguesia de S. Salvador de Briteiros, e nomeadamente a sua então Presidente Maria Armandina Martinho, batalhou durante praticamente uma década pela entrega à freguesia do edifício correspondente à antiga Escola Primária de Briteiros. Com ofícios, reuniões, pedidos, propostas, tudo o que estaria ao seu alcance fazer. O executivo socialista no poder na Câmara de Guimarães sempre ignorou e depois rejeitou mesmo essa pretensão. Pretendia a então Junta de Freguesia dar àquele espaço finalidade me tudo semelhante à que agora propõe o atual executivo da Junta de Freguesia. Até aqui, foi sempre impossível. Agora, que a União de Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia foi vencida pelo Partido Socialista, tudo o que era impossível passou a ser possível. Os vereadores PSD-CDS não podem pactuar com esta postura que é indigna da democracia. E não pactuam dando o exemplo, isto é,

atuando precisamente em sentido contrário do que faz o PS. Precisamente por essa razão votamos favoravelmente a esta proposta. Porque para nós, as populações estão acima dos partidos, e aquilo com que ontem concordávamos, proposto por uma Junta do PSD, continuamos a concordar hoje, proposto agora por uma Junta do PS.” -----

**PATRIMÓNIO - AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA A CIDADE DESPORTIVA – PANPIERROTA GESTÃO DE INVESTIMENTOS, S.A. – PROC. 40/10-F/99**

– Presente, para ratificação da Câmara Municipal e ulterior ratificação da Assembleia Municipal o despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de junho de 2014, que concordou com a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal: “Para os efeitos previstos na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA), e no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 junho, que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da LCPA, informo o seguinte: Aquando da construção da “Cidade Desportiva”, na freguesia de Candoso Santiago, o Município ocupou uma parcela de terreno com a área total de 53.088,10m<sup>2</sup>, propriedade da Sociedade Panpierrota – Gestão de Investimentos, S.A., para implantação de equipamentos da mesma “Cidade Desportiva”, nomeadamente parte da pista de atletismo, as piscinas cobertas e descobertas, balneários, parque de estacionamento, zonas verdes e arruamento públicos. Com vista à obtenção do respetivo valor indemnizatório, a Panpierrota intentou uma ação judicial que corre termos na 1ª Vara de Competência Mista de Guimarães sob o processo nº 227/12.2TCGMR. A instância foi suspensa em virtude de as parte terem chegado a acordo quanto à aquisição, por parte do Município, da referida



parcela de terreno, por acessão industrial imobiliária, nos termos do disposto no artigo 1340, do Código Civil, mediante o pagamento da quantia €691.773,44 atualizada de acordo com o índice de preços no consumidor com exceção da habitação, desde maio de 2000 (data de ocupação dos terrenos) até abril de 2014, o que perfaz o montante indemnizatório de **€940.310,94**. Atendendo a que o prazo de suspensão da instância já terminou e que **é hoje o último dia para entrega no Tribunal da transação acordada entre e as partes**, submete-se à consideração a emissão de cabimento da referida verba de **€940.310,94**, bem como de declaração de compromisso e respetiva autorização de pagamento e emissão do correspondente cheque, a favor da Sociedade Panpierrota - Gestão de Investimentos, S.A., NIPC 504 259 288, com sede na rua 9 de julho, nº 330, 3º andar, 4250 – 355 Porto, por conta da rubrica do orçamento municipal 2.4.2.04. A despesa aqui em causa não carece de Visto do Tribunal der Contas por decorrer de um processo tramitado via judicialmente. A presente informação ser remetida à Divisão de Contabilidade e Tesouraria para os devidos procedimentos, alerta-se, mais uma vez para o facto de o cheque ter de ser emitido e entregue na data de hoje, uma vez que tal pagamento, bem como a respetiva forma e indicação do nº do documento terem de constar na transação a entregar até as 16H00 de hoje na 1ª Vara de Competência Mista de Guimarães. Considerando ainda que o pagamento aqui em causa resulta de uma transação a homologar por sentença judicial e atendendo à urgência na sua concretização, deve o presente assunto ser submetido à próxima reunião para ratificação, nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. À consideração superior.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR**

**SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta que mereceu o número vinte e um da Ordem de Trabalhos pelas razões constantes da sua fundamentação –que apresentam a sua sustentação de forma muito clara- da qual resulta a necessidade de dar cumprimento ao negócio de aquisição dos terrenos onde se encontra instalada a cidade desportiva, sendo certo que, no cumprimento destes contratos sempre o Município de Guimarães adotou uma postura de boa fé, como se pede a uma entidade pública, e na defesa dos munícipes seus representados, como se reclama dos eleitos locais, neste caso. O assunto foi judicialmente apreciado e os contratos executados tendo presentes e como sustentações decisões judiciais transitadas em julgado. O ruído causado por algumas forças políticas em torno do presente caso, com diretas imputações de infrações a eleitos locais, traduziu-se em resultado nulo nas várias participações judiciais a que este assunto também deu causa. Mas, nem assim deixaram de se ouvir lamentáveis suspeições que dizem mais de mais de quem as profere do que quem é alvo de tais infundadas acusações. Nada que os vimaranenses não conheçam há muito tempo. Trata-se de assunto e de agentes em relação aos quais os vimaranenses já fizeram, vêm fazendo, o seu próprio julgamento.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Este processo judicial movido pela sociedade “Panpierrota”





ao Município de Guimarães é o resultado da enorme trapalhada em que o "exímio negociador" envolveu o Município de Guimarães. Ora, ao verificar a especulação que estava a ser feita com os restantes terrenos da Cidade Desportiva, ao verificar que estavam a ser permutados terrenos (situados na Veiga de Creixomil onde hoje se situa a Cidade Desportiva) que valiam €1 milhão pertencentes ao proprietário Domingos Machado Mendes, com outros da Quinta do Outeiro, que valiam seguramente três vezes esse valor, a sociedade "Panpierrez" quis obviamente ver valorizados igualmente os seus terrenos, o que é uma pretensão legítima na perspetiva do privado. Mas uma consequência nefasta na perspetiva da gestão do património público, pois a "trapalhada" ocorrida com o negócio Quinta do Outeiro, acabou por ocasionar ainda mais perdas para o Município. A verdade é que, anos volvidos e muita discussão depois, o Ministério Público veio a arquivar o crime de peculato, mas apenas por se tratar de um crime que não existe na forma tentada, atendendo a que o negócio assentava num contrato-promessa nunca convertido no contrato definitivo. A verdade é que, anos volvidos e muita discussão depois, apesar do PSD propor que se adquirisse os terrenos do Sr. Domingos Machado Mendes pelo preço atribuída à permuta (€ 1 milhão), a Câmara veio propor-lhe pagar € 3 milhões por esses terrenos, tentativa que foi recusada pelo Tribunal de Contas por considerar, precisamente, que os terrenos valiam apenas €1 milhão. A verdade é que, anos volvidos e muita discussão depois, apesar da Câmara de Guimarães ter insistido que o valor dos terrenos era o valor atribuído à permuta - €1 milhão - quando colocou os lotes da Quinta do Outeiro à venda colocou-os por €3 milhões. A verdade é que este processo é todo ele rocambolesco e lamentável. E aguçou naturalmente o interesse

dos demais proprietários vendedores, designadamente a sociedade "Panpierrota". Agora, propõe-se o Município adquirir por € 940.310,94 terrenos que foram outrora negociados por montante bastante inferior. No entanto, na discussão do tema, o Sr. Presidente de Câmara manifestou que o preço por m<sup>2</sup> de terreno agrícola adquirido pelo Município no âmbito deste acordo judicial foi de cerca de € 12 m<sup>2</sup>. Este valor não pôde, no momento e em plena reunião, ser verificado pelos vereadores PSD-CDS, muito embora seja verdade que o valor que detinham como preço por m<sup>2</sup> era bastante diferente, e superior. Desta forma e como nos mantemos cumpridores do princípio da confiança naquilo que nos é transmitido pelo mais alto representante do Município, os vereadores PSD-CDS optaram pela abstenção neste ponto, sem prejuízo de ulterior verificação dos exatos valores que compõem este negócio." -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE INTERESSE PARA A ECONOMIA DO CONCELHO** – Presente

a seguinte informação do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico: "O regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor (aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros nº 101/94 de 13 de Outubro, alterado pelo Aviso nº 378/2011, publicado no Diário da República, 2ª Serie, nº 3 de 5 de Janeiro de 2011) prevê, na alínea e) do nº1 do artigo 34º - Condições de construção em Zonas Não Urbanizáveis - e na alínea e) do nº 2 do artigo 41º - Áreas florestais não condicionadas - a obrigatoriedade de demonstração, por parte do requerente, do interesse para a economia do concelho, reconhecida pela Câmara Municipal. Até à data não foram estabelecidos critérios que definam, com clareza, que operações urbanísticas se consideram como de "interesse para a economia do concelho". O Regulamento de Projetos Económicos



de Interesse Municipal (PEIM), em vigor, estabeleceu critérios concretos que permitem classificar os projetos que se revestem de interesse para a economia do concelho. Neste contexto, e no âmbito das competências e objetivos da Divisão de Desenvolvimento Económico, proponho: 1 – Análise dos pedidos de interesse para a economia do concelho: Que os critérios a que devem obedecer as operações urbanísticas para serem consideradas de interesse para a economia do concelho sejam os constantes do art.º 3º, alíneas a) a d), do Regulamento PEIM, devendo, assim, a entidade promotora, obrigatoriamente, à data de apresentação do pedido de reconhecimento de interesse para a economia do concelho, reunir as seguintes condições: a) Encontrar-se legalmente constituída e cumprir as condições legais necessárias ao exercício da sua atividade; b) Encontrar-se com a situação tributária regularizada perante a administração fiscal, a segurança social e o Município; c) Dispor de contabilidade organizada, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade; d) Comprometer-se a manter afeto à respetiva atividade o investimento realizado, bem como a manter a sua localização geográfica, durante um período mínimo de dez anos a contar da data da realização integral do investimento. 2 – Candidaturas apresentadas no âmbito do PEIM: Que, tendo em vista a simplificação de procedimentos, às operações urbanísticas constantes das candidaturas que forem aprovadas na Câmara Municipal para concessão de benefícios tributários municipais no âmbito do PEIM, lhes seja reconhecido interesse para a economia do concelho para efeitos dos requisitos de licenciamento previstos na alínea e) do nº 1 do artigo 34º e da alínea e) do nº 2 do artigo 41º do regulamento do PDM. Clarifica-se, contudo, que, nos termos e para os efeitos previstos nos aludidos artigos 34º e 41º,

o reconhecimento de interesse para a economia do concelho é um dos requisitos obrigatórios para a instrução e deferimento do licenciamento da operação urbanística, não dispensando, por isso, as necessárias análises técnicas (do ponto de vista urbanístico e regulamentar) a realizar no âmbito do respetivo processo de licenciamento. Assim, o reconhecimento de interesse para a economia do concelho não dispensa o interessado da apresentação do pedido do respetivo licenciamento ou autorização a que haja lugar.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR –** Presente a seguinte proposta: “O

Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito A candidatura a PEIM



consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa ECOIBÉRIA – RECICLADOS IBÉRICOS, LDA apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de 78%, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa ECOIBÉRIA – RECICLADOS IBÉRICOS, LDA, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os

referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDANTES DE FARMÁCIA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** –

Presente a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Trânsito e Espaço Público: “A Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF), em colaboração com a IPSF (International Pharmaceutical Students Federation), vai realizar, em Guimarães, o Student Exchange Programme (SEP). Para tal, solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos participantes no programa, no próximo dia 26 de Julho. Assim, considerando tratar-se de um programa que permite aos alunos realizarem partilha de experiências e conhecimentos sobre os estágios extracurriculares em diferentes países e diferentes áreas, permitindo o desenvolvimento de novas capacidades e promovendo um contacto com estudantes portugueses e com a cultura portuguesa, por despacho 16 de julho de 2014 foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião de câmara a deliberação para o pedido de apoio, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EM, UNIPessoal, LDA – PROPOSTA DE OCUPAÇÃO DE TRÊS HABITAÇÕES VAGAS POR RESCISÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO** -

Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPessoal, LDA remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de três habitações vagas por rescisão do contrato de arrendamento, aprovada pelo respetivo Conselho de



Administração em sua reunião ordinária de 25 de junho de 2014, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida uma vez que pertence aos Órgãos Sociais da entidade. -----**

**AÇÃO SOCIAL - CASA DA JUVENTUDE DE GUIMARÃES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - 2014 –**

Presente a seguinte proposta: "No seguimento do processo de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social no ano de 2014, apresenta-se para aprovação a proposta de um subsídio à Casa da Juventude de Guimarães ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, destinado a dar continuidade às atividades desenvolvidas no acompanhamento de crianças e jovens nos bairros sociais de Guimarães, no valor de €2.500,00. A instituição em apreço cumpre os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e desenvolve um trabalho de grande utilidade para os cidadãos, tendo o seu projeto sido analisado de acordo com os critérios expressos nos artigos 10º e 11º do regulamento em vigor. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a atribuição do subsídio requerido pela Casa da Juventude de Guimarães, cabimentado com o nº 3578/2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CULTURA – ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE RONFE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –**

Presente a seguinte proposta: "Associação de Agricultores de Ronfe promove ao longo do corrente ano um conjunto de atividades de animação sociocultural entre as quais se destacam a Desfolhada, a Feira do Gado e a

Corrida de Cavalos. Trata-se de iniciativas que se revestem de interesse público, na medida em que concorrem para a vivificação e divulgação de tradições características dos meios rurais que, de outro modo, cairiam em desuso. Em face das dificuldades manifestadas pela Associação em continuar a custear isoladamente a sua realização, e em razão do citado interesse público, proponho, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º do Regulamento de Atribuição de Subsídios a Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias a atribuição, a título excecional, à Associação de Agricultores de Ronfe, de um subsídio de €250,00, destinado a compartilhar nos custos de realização das atividades citadas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**  
**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**  
**PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**